

JUCESP
11 06 15

- (a) preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas da Emissora, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras da Emissora a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP;
- (g) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses, contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, conforme disposto no artigo 8º da Instrução CVM 746, exceto se a nova oferta for submetida a registro perante a CVM;
- (h) cumprir com o disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400, ressalvado o disposto no seu inciso III;
- (i) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;



306 SEP

11 05 15

- (j) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores, nos termos dos incisos (c) e (f) deste item;
- (k) manter lista contendo as seguintes informações, conforme previsto no parágrafo segundo do artigo 7º-A da Instrução CVM 476: **(i)** o nome das pessoas procuradas no âmbito da Emissão ("**Potenciais Investidores**"); **(ii)** o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou CNPJ/MF dos Potenciais Investidores; **(iii)** a data em que os Potenciais Investidores foram procurados; e **(iv)** a decisão dos Potenciais Investidores em relação à Oferta Restrita; e
- (l) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



JUCESP
11 06 15

- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) notificar, em 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (ix) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xii) arcar com todos os custos decorrentes: **(a)** da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; **(b)** de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e **(c)** das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário;
- (xiii) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, em 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data das divulgações das demonstrações financeiras, o que ocorrer primeiro. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xiv) destinar os recursos líquidos obtidos com a Emissão de acordo com os termos da Cláusula 3.6.1 acima, sendo que a Emissora se obriga a realizar o resgate



JUCESP
11 06 15

antecipado ou a aquisição facultativa, conforme o caso, de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em valor nominal das debêntures objeto da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Emissora, em até 1 (um) Dia Útil da Data de Integralização, e destinar o valor restante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na forma prevista na Cláusula 3.6.1 acima até 31 de dezembro de 2015;

- (xv) a partir da presente data, caso a Emissora venha a emitir ou celebrar qualquer debênture ("**Nova Debênture**"), em cujo instrumento de emissão a Emissora se obrigue, perante os respectivos debenturistas, a manter determinados índices financeiros (*covenants* financeiros), estender tal obrigação de manter referidos índices financeiros (*covenants* financeiros) à presente Escritura de Emissão. Para efeitos da presente, a Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão, até a data de emissão da Nova Debênture, de forma a incorporar, nesta Escritura de Emissão: **(a)** a obrigação de manter os índices financeiros (*covenants* financeiros); e **(b)** a obrigação de enviar ao Agente Fiduciário a memória de cálculo, compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos referidos índices financeiros, a ser elaborada pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos índices financeiros (*covenants* financeiros) pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, de acordo com os termos e condições previstos no instrumento de emissão da Nova Debênture. O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado a celebrar referido aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 7.1. A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, acima qualificado, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação



DUCESP
11 06 15

atualmente em vigor e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

- 7.2. A Emissora declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.
- 7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.
- 7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.
- 7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.



JUCESP
11 06 15

- 7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita esta Escritura de Emissão.
- 7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;



JUCESP
11 06 15

- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 acima, às expensas da Emissora;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



DUCE SP
11 05 15

controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xi) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;



DUCESP
11 06 15

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) disponibilizar as informações previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens I a 7, da Instrução CVM 28, em sua rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xx) disponibilizar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário e os Juros Remuneratórios das Debêntures calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e do site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (xxi) acompanhar junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;



300 E 3P
11 06 15

- (ii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial ou liquidação extrajudicial ou insolvência da Emissora.

7.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.6. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º(quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: **(i)** ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); **(ii)** PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); **(iii)** COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e **(iv)** quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura de Emissão correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.6.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.6 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo



calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva substituição até a data de pagamento da remuneração seguinte prevista. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

- 

JUCESP
11 06 15

podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

- 7.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.
- 7.7.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário: (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 7.7.7. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte ou interveniente.
- 7.7.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 7.7.9. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.
- 7.7.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos



DUCESP
11 08 15

coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges desses diretores, conselheiros ou parentes até segundo grau.

- 8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 8.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 8.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 8.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração da redação das Cláusulas 4.1.3, 4.5, 4.6 e 4.7, as quais dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, e das Cláusulas 5.2 e 5.3 acima, as quais dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 8.7.1. A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura de Emissão dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.
- 8.7.1.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado o quórum para tanto estabelecido nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.8. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.



JUCESP
11 06 15

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara, ainda, que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento. Destaca, ainda, que a verificação pelo



31.12.2012

de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; (iv) quinta emissão de debêntures simples da Votorantim Cimentos S.A., não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 5 de dezembro de 2012, representada por 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2018, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; (v) sétima emissão de debêntures simples da Votorantim Cimentos S.A., não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 1 de setembro de 2014, representada por 15.000 (quinze mil) debêntures para a 1ª série, 30.000 (trinta mil) debêntures para a 2ª série e 15.000 (quinze mil) debêntures para a 3ª série, totalizando 60.000 (sessenta mil) debêntures, com prazo de vencimento em 1º de setembro de 2018 para a 1ª série, em 1º de setembro de 2019 para a 2ª e 3ª séries, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; e (vi) primeira emissão de debêntures simples da Votorantim Siderurgia S.A., não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 25 de março de 2014, representada por 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, com prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de março de 2017, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento.

- (xi) tendo em vista o disposto no inciso (x) acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso (x) acima.



JUCESP
11 06 15

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: **(a)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; **(b)** criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou **(c)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP, o arquivamento da ata da AGE na



JUCESP
11 06 15

JUCESP e suas publicações no DOESP e no jornal "O Dia", o registro das Debêntures na CETIP;

- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 30 de dezembro de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.6 acima;
- (xiv) ressalvado(s) o(s) caso(s) em que o não cumprimento (individual ou agregado) não seja razoavelmente considerado como algo que causará um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo), está cumprindo com a legislação ambiental e



JUCESP
11 06 15

as licenças ambientais relevantes aplicáveis à condução de seus negócios e à manutenção de suas propriedades, e possui nesta data todas as autorizações e licenças relevantes exigidas para a condução de seus negócios. Para os fins deste item (xiv) desta Cláusula 10.1, "**Efeito Adverso Relevante**" significa um efeito adverso relevante: (i) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; ou (ii) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; (iii) nos direitos ou medidas e ações da Emissora, estando certo que no caso de haver algum Efeito Adverso Relevante, deverá ser contabilizada, na medida correspondente, quaisquer apólices de seguro, indenizações e reclamações disponíveis e aplicáveis, uma vez que, consideradas a natureza e o valor, bem como a probabilidade de recuperação destas referidas apólices de seguro, indenizações ou reclamações; e

- (xv) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.

Rua Amauri, nº 255, 13.º andar, conjunto A, Jardim Paulistano
CEP 01448-000 - São Paulo, SP

At.: Sr. Sérgio Augusto Malacrida Junior

Sr. Márcio Minoru Miyakava

Telefone: (11) 3704-3034

(11) 3704-3086



DUCESP
11 08 15

Fac-símile: (11) 3709-9345
(11) 3167-1550
Correio Eletrônico: sergio.malacrida@vpar.com.br
marcio.minoru@vpar.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11.º andar
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fac-símile: (21) 2252-4308 / (21) 2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4.º andar
CEP 01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br



JUCESP
11 06 15

- 11.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.
- 11.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
- 11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.
- 11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou remédio, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 11.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 11.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 11.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem



R

JUCESP
11 06 15

prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 11.6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 11.7. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12. FORO

- 12.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 22 de maio de 2015


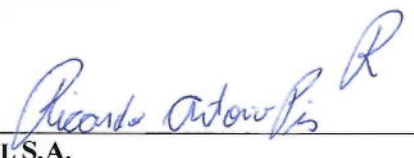
(As assinaturas seguem na página seguinte)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco)



JUCESP
11 06 15

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Industrial S.A.

 
VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.

Por:

Por:

Cargo: **Marcio Minoru Miyakava**
CPF: 147.484.688-23

Cargo: **Ricardo Antonio Pires**
CPF: 173 202 298-46

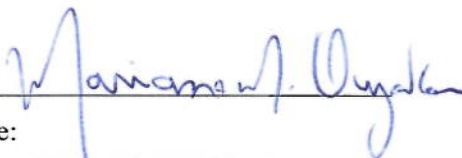

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por:

Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Procuradora

Cargo:

Testemunhas:

1. 
Nome: **Marilena Mayumi Oyakawa**
RG: **339 853-368-06**
43.766.476-7

2. 
Nome: **LEONARDO FELICIANO GOMES LIMA**
RG: **47.076.242-1**
CPF: **368.935.818-31**

